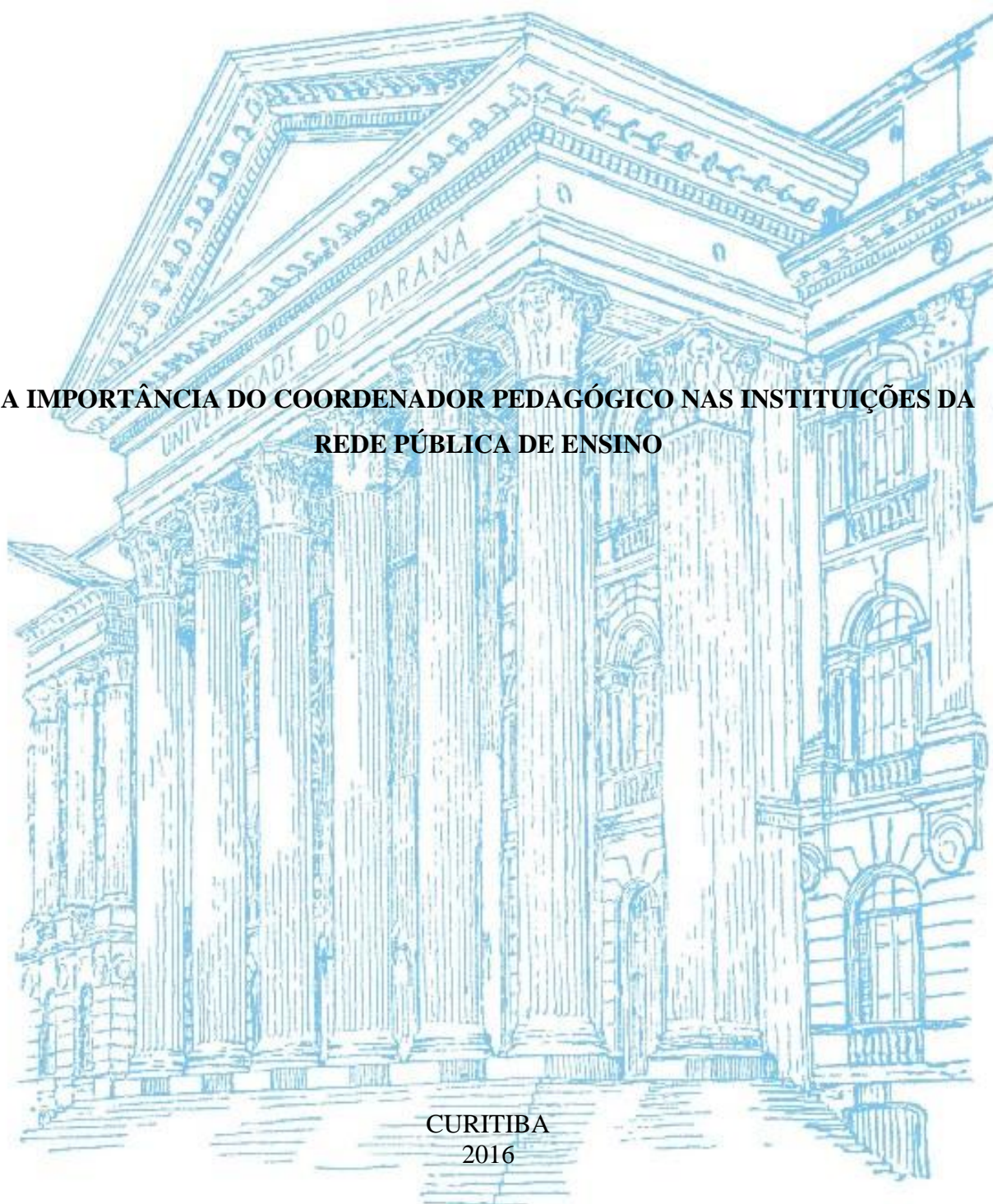


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MARCIANE DE OLIVEIRA CAMPOS CAVASIN

**A IMPORTÂNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NAS INSTITUIÇÕES DA
REDE PÚBLICA DE ENSINO**



CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MARCIANE DE OLIVEIRA CAMPOS CAVASIN



**A IMPORTÂNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NAS INSTITUIÇÕES DA
REDE PÚBLICA DE ENSINO**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Andréa de Paula Ceccatto

CURITIBA
2016

A IMPORTÂNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NAS INSTITUIÇÕES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Marciane de Oliveira Campos Cavasin*

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade reafirmar e caracterizar a função específica do Coordenador Pedagógico no âmbito escolar, bem como sua importância na mediação e sistematização do trabalho pedagógico. Partindo da problemática que o envolve, quando este encontrasse fragilizado devido ao acúmulo de tarefas que lhe são atribuídas na escola. O trabalho encaminhou-se com base na historicidade da formação deste profissional, embasando-se nos aspectos qualitativos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Gestão Democrática. Buscando embasamento às questões levantadas, foram utilizadas experiências vivenciadas como Coordenadora Pedagógica em Instituições da Rede Pública de Ensino, bem como pesquisa bibliográfica envolvendo a temática proposta. No decorrer dos estudos foi possível afirmar tais enfrentamentos, o Coordenador pedagógico sente-se abalado diante de sua prática, ficando impedido de realizar o trabalho enquanto mediador da aprendizagem, devido a situações imediatistas que ocorrem no dia a dia escolar, tornou-se um sujeito multifuncional, necessitando desempenhar diferentes tarefas, sejam elas de sua incumbência ou não. Refletindo sobre os resultados obtidos e diante dos aspectos históricos acerca deste profissional, se propõe estudos contínuos, planejamento e construção coletiva, onde o processo de ensino e aprendizagem seja prioridade, e que teoria e prática articulem-se desenvolvendo a reflexão e a criticidade, identificando a partir daí sua importância na organização e efetivação do trabalho pedagógico de forma significativa aos envolvidos.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico, Espaço Educativo, Mediação, Aprendizagem.

*Artigo produzido pela aluna Marciane de Oliveira Campos Cavasin, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Andréa Ceccatto. E-mail: marci_camp@hotmail.com

Introdução

A escolha do presente tema partiu da preocupação em conhecer de forma mais precisa a situação que se encontra o Coordenador Pedagógico nas Instituições de Ensino Públicas. No âmbito escolar nos deparamos com várias situações conflitantes e a problemática envolvendo este profissional no desempenhar de sua função, a organização e efetivação da sua prática estão ficando em segundo plano, devido a inúmeras atribuições que ocorrem neste meio.

O Coordenador Pedagógico precisa ser o mediador entre professores e demais sujeitos, durante o processo de ensino e aprendizagem, responsável também pela organização e efetivação das ações no ambiente educativo, de forma a garantir a consistência e a qualidade do ensino. Tendo em vista a fragilização de seu papel é que iremos refletir sobre sua função e importância na mediação e sistematização do trabalho pedagógico no âmbito escolar.

Este trabalho elaborou-se a partir de pesquisa bibliográfica, com embasamento teórico nos autores Dermeval Saviani visando a Pedagogia Histórico-Crítica e José Carlos Libâneo na perspectiva de Gestão Democrática, também por meio de experiência vivenciadas como Coordenadora Pedagógica da Rede Pública de Ensino.

Inicialmente será realizada uma retomada histórica acerca do Curso de Pedagogia no Brasil, sua identidade e anseios, bem como o processo de legitimação do curso, após, será abordada as dificuldades que o Coordenador Pedagógico encontra em desempenhar sua função no espaço escolar, finalizando com a reafirmação da função deste profissional como mediador e articulador no processo educativo, garantindo assim a aprendizagem significativa aos educandos.

1.0 Histórico do curso de Pedagogia no Brasil

Conforme Ghiraldelli (2006), o termo *Paidagogia* vem da Grécia antiga, e se referia à atividade que consistia em acompanhar e vigiar o jovem, e os *Paidagogos* eram os escravos cuja função específica era a de guiar as crianças até a escola. As primeiras propostas para o curso de Pedagogia foram regulamentadas pelo Decreto nº. 1.190 de quatro de abril de 1939, organizados pela Faculdade Nacional de Filosofia, definindo como um lugar onde seriam formados Técnicos em Educação.

Naquela época eram os professores mais experientes que realizavam estudos em Pedagogia, prestavam concurso e assumiam as funções de administração, planejamento de currículos, orientação de professores, inspeção de escola, avaliação do desempenho dos alunos e do corpo docente, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação no Ministério da Educação, nas secretarias dos Estados e dos Municípios.

Ao longo da história da educação no Brasil, o Curso de Pedagogia tentou definir como seu principal objetivo a organização dos processos educativos no âmbito escolar e atividades extraescolares, desde a educação de crianças nos Anos Iniciais até a Gestão Educacional.

Com a homologação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4.024 de 1961 fixou-se o currículo mínimo do curso de Bacharelado em Pedagogia, composto por sete disciplinas indicadas pelo Conselho Federal da Educação (CFE) e mais duas escolhidas pela instituição, esse currículo pretendia delinear a especialidade do bacharel em Pedagogia e preservar a mesma matéria como critério aceitável em todo o país.

Em 1962 é regulamentado o Parecer CFE nº. 251/62, de autoria do Professor Valnir Chagas, que reformula o curso de Pedagogia no Brasil, onde fixa o currículo mínimo e a duração do curso, através deste Parecer se estabelece os chamados técnicos e os especialistas em educação, dissociando conteúdos e metodologia, assim continuava a rivalidade entre o Bacharelado e a Licenciatura.

Já em 1969 houve a segunda reformulação do curso de Pedagogia, o Parecer CFE nº. 252/69, também de autoria do Professor Valnir Chagas, quando tenta organizar ainda mais as disciplinas e os princípios norteadores do curso de Pedagogia e tinha por finalidade formar profissionais da educação e garantir a obtenção do título de especialista, isso se complementasse os estudos.

No início da década de 1980, várias universidades reformaram seus currículos do Curso de Pedagogia, visando à formação e valorização de professores para atuarem na educação Pré Escolar e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, preocupando-se com o processo de ensino e aprendizagem e com a organização do âmbito escolar, a partir de então, o curso buscava adquirir experiências na formação inicial e continuada dos docentes, voltando seu trabalho tanto para crianças quanto com jovens e adultos.

Desde 1985, é expressivo o número de instituições em todo o Brasil que oferecem habilitações em docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e também na Educação Infantil durante graduação do curso.

A partir de 1990, foi concretizando-se o curso de Pedagogia como o principal lócus da formação dos profissionais docentes para atuar na Educação Básica, constituída de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, assim sendo, o curso passou a ser reconhecido como um dos requisitos essenciais para o desenvolvimento da Educação Básica no Brasil.

Conforme Silva, o perfil do pedagogo para a época era:

Profissional habilitado a atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo à docência como base obrigatória de sua formação e identidade profissional. (SILVA, 1999, p. 45)

O curso de Pedagogia passou por várias mudanças em seus aspectos legais, mudanças estas visando um único objetivo, a educação de qualidade, este desenvolvimento foi e está sendo gradativo, dependendo das necessidades que surgiam no decorrer do processo educativo e que ainda serão necessárias nos aspectos legais do curso de Pedagogia no Brasil.

2.0 Dificuldades encontradas pelo Coordenador Pedagógico no desempenhar de sua função

É preciso ter consciência que não há uma única forma ou modelo de educação, ela se concebe em todo espaço que o educando se insere, respeitando a realidade e as influências culturais e sociais, ou seja, educar é um processo realizado pela escola e pela sociedade como um todo, para Paulo Freire (1996, p. 98) “A educação é uma forma de intervenção do mundo, dialética e contraditória não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas, nem apenas reprodutoras, nem apenas desmascaradas a uma ideologia dominante”.

A atuação do Coordenador Pedagógico é muito importante em todos os ambientes que há necessidade de ações educativas, suas estratégias se refletem em toda a sociedade, pois sua função de organização e sistematização da prática pedagógica reflete-se não só na escola, mas na sociedade em geral, suas atribuições são cada vez complexas tendo em vista a realidade que se encontram as Instituições de Ensino atualmente.

O Coordenador Pedagógico ocupa espaço amplo no ambiente escolar, tornando-se ponto de apoio para as demais funções, muitas vezes não é reconhecido em sua especificidade

e acaba atuando no imediatismo, tentando resolver problemas e conflitos emergenciais que acontecem no cotidiano escolar e sua tarefa acaba sendo confundida.

Tornasse ainda, um solucionador de problemas imediatistas, um substituto nas faltas dos professores, que muitas vezes não apresentam motivos justificáveis e cumpridor de atividades corriqueiras do dia a dia escolar, onde os que o observam do outro lado pensam que não há um planejamento e uma organização no seu trabalho pedagógico.

Diante desses problemas imediatistas Pimenta ressalta:

A situação precária da instituição escolar hoje coloca um conjunto de problemas cotidianos desde turnos numerosos, quadro de professores que não comporta substituição (quando falta um ou mais professores, não há como substituí-los), manutenção do prédio em condições deficitárias, falta de material didático, distribuição da merenda, problemas administrativos de toda ordem, até questões de violência. Tal quadro exige dos especialistas, quando estes existem na escola, que se incumbam da solução dos problemas imediatos. (PIMENTA, 1995, p.177)

Assim, as principais atribuições deste profissional ficam muitas vezes em segundo plano, dentre suas reais funções estão o planejamento, decisão, coordenação, execução de ações, acompanhamento e controle das atividades escolares e a avaliação qualitativa e formativa das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos demais profissionais buscando a significação do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, as atribuições na gestão das instituições de ensino englobam:

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares. (BRASIL, 2006, p. 02)

Atualmente o Coordenador Pedagógico é conhecido como um amenizador dos problemas no âmbito escolar, aquele que enfrenta a indisciplina e desinteresse dos alunos que na maioria das vezes vem de uma desestrutura familiar assustadora, falta de apoio das famílias e ou responsáveis, aquele que serve como substituto dos professores faltosos sem motivos justificáveis, bem como a falta de comprometimento e responsabilidade dos docentes com o processo educativo.

Diante de tantas dificuldades acerca do trabalho do Coordenador Pedagógico e da realidade escolar vivenciada, se torna necessário conscientizar-se da importância do trabalho coletivo e participativo, onde seja estabelecida e redefinida a função de cada profissional no âmbito escolar, efetivando parcerias e propósitos qualitativos para a educação de qualidade,

partindo de um referencial teórico consistente, exercendo assim o papel democrático da escola.

De acordo com Saviani,

Pedagogo é aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação cultural. É, pois, aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade. [...] A palavra pedagogia traz sempre ressonâncias metodológicas, isto é, de caminho através do qual se chega a determinado lugar. Aliás, isto já está presente na etimologia da palavra: conduzir (por um caminho) até determinado lugar. (SAVIANI, 2003, p.28)

O Coordenador Pedagógico demanda estar em constante aprendizado, dedicando-se às questões didáticas e pedagógicas levando em consideração a constante análise do Projeto Político Pedagógico da Instituição e com isso, ter clareza e segurança de sua função, planejar, decidir, coordenar, acompanhar, conduzir, avaliar e executar ações de forma qualitativa com os demais sujeitos envolvidos, tendo em vista a realidade em que a escola está inserida e suas especificidades.

Diante disso, todos os profissionais da educação necessitam de conhecimentos expressivos à sua prática, a participação efetiva na organização e sistematização das ações educativas se torna fundamental, efetivando assim a gestão democrática do ensino, perante as dificuldades encontradas no dia a dia escolar e no decorrer do processo ensino e aprendizagem, se faz necessário reafirmar a função do Coordenador Pedagógico nas Instituições de Ensino Públicas, visando sempre à educação de qualidade, a aprendizagem significativa dos educandos, seu desenvolvimento pleno e conseqüentemente, a transformação social.

3.0 Reafirmações do trabalho pedagógico no espaço educativo

Tendo em vista as questões abordadas sobre as atribuições do Coordenador Pedagógico nas Instituições da Rede Pública de Ensino, é relevante que este profissional efetive e dissemine estudos acerca da teoria que o envolve e principalmente aprimore sua prática na escola, refletindo sobre o que precisa ser mudado, como será realizado e planejar o que pretende realizar, identificando assim, sua função específica dentre os demais envolvidos.

É fundamental que haja boa convivência entre os profissionais da educação inseridos no mesmo meio, e para que isso aconteça na prática, todos necessitam nortear seus trabalhos embasados na gestão democrática e participativa, instigando as potencialidades e especificidades de cada sujeito, quando o Coordenador Pedagógico agirá como um dos principais instigadores deste processo de democratização do ensino, realizando o

planejamento das ações previamente, tendo clareza das dimensões que compõem sua função no âmbito escolar.

Ainda, o Coordenador Pedagógico realizará seu trabalho de forma diversificada e transparente, sem reter-se apenas a ordens imediatistas, ter autonomia para que possa se manifestar sempre que necessário e assim refletir sobre seu trabalho, buscando legitimidade em suas ações objetivando a educação de qualidade, estudando continuamente para posicionar-se e interagir diante das dificuldades.

As posturas encontradas no interior da escola nem sempre são favoráveis a uma educação igualitária, inclusiva e crítica, diante disso, surge o momento onde o Coordenador Pedagógico necessita agir como mediador destas diversidades, interagindo e indagando para chegar a um posicionamento favorável e igualitário de modo a atingir seus objetivos.

Para Libâneo Gestão Escolar,

É por em ação, de forma integrada e articulada, todos os elementos do processo organizacional (planejamento, organização, avaliação), envolvendo atividades de mobilização, liderança, motivação, comunicação, coordenação. A coordenação é um aspecto da direção, significando a articulação e a convergência do esforço de cada integrante de um grupo visando a atingir objetivos. Quem coordena tem a responsabilidade de integrar, reunir esforços, liderar, concatenar o trabalho de diversas pessoas. (LIBÂNEO, 2001, p.176)

É necessário olhar para o aluno como agente capaz de construir e transformar a realidade em que está inserido, possibilitando um futuro melhor de acordo com suas atitudes, seja elas a curto ou em longo prazo, as ações pedagógicas devem ser repensadas e organizadas para este fim. Segundo Gadotti (2005, p. 54) “O pedagogo fazendo prática social, está exercendo seu papel específico na sociedade, que é o de vincular o ato educativo e o ato político, a teoria e a prática da transformação”.

Repensar a escola de acordo com suas especificidades é imprescindível, estas inseridas no Projeto Político Pedagógico da Instituição de forma consistente, construído coletivamente, tendo o Coordenador Pedagógico como mediador deste processo, possibilitando ainda, a socialização e articulação entre toda a comunidade escolar, repensando e relampejando ações diante das dificuldades, sempre buscando meios de superá-las.

O trabalho democrático é imprescindível no âmbito escolar, diante disso não se pode atribuir ao Coordenador Pedagógico inúmeras tarefas, muitas destas que não são de sua responsabilidade, mas sim do coletivo, a escola é compromisso social de todos, ou seja, seu sucesso depende de todos que nela estão inseridos e dos demais órgãos envolvidos, e para que possam alcançar resultados mais expressivos é importante que estes sejam valorizados, com isso a qualidade da educação no Brasil poderá avançar e superar dificuldades.

O Coordenador Pedagógico precisa conhecer com clareza a importância de sua função na escola, pois assim saberá como reivindicar seu espaço e seu real papel enquanto mediador, articulador e organizador do trabalho pedagógico, este não pode ser confundido com um amenizador de conflitos no interior da escola. Tem que ser capaz de ler o mundo, perceber o desenvolvimento humano de acordo com suas complexidades, para que possa influenciar significativamente na tarefa de humanização do homem, este processo é complexo e cada vez mais difícil, mas não impossível, depende de seu comprometimento e dedicação com os demais envolvidos.

De acordo com Arroyo,

Aprender a ser pedagogo, a reatar com a estação da infância, que é a dos possíveis do ser humano, exige domínio de teorias e, sobretudo, exige uma elaboração pedagógica que não pode ser confundida com a aprendizagem e o domínio de mais uma teoria. É antes um saber sobre o percurso pedagógico, formador, que vai tornando possíveis as possibilidades de sermos humanos. (ARROYO, 2010, p. 43)

A prática pedagógica se consolida e se aprimora diariamente no cotidiano da escola, podendo ser em sala de aula e no âmbito escolar de modo geral, o Coordenador Pedagógico mediando e planejando ações, o Professor através de suas metodologias diversificadas e comprometidas, a Equipe Administrativa oportunizando melhores condições de ensino, a família e ou responsáveis acompanhando a vida escolar dos alunos, e os demais envolvidos sendo responsáveis com a função desempenhada.

É função de o Coordenador Pedagógico acompanhar e mediar o processo educativo, tendo como foco principal a aprendizagem significativa dos educandos, articulando, discutindo, questionando e socializando com os demais, não é fácil conduzir estes momentos, devido a inúmeras tarefas vinculadas a sua função, muitas vezes é confundido como um multi tarefeiro, aquele que resolve qualquer situação, seja inerente a suas atribuições ou não, situações imediatistas que perpassam o dia a dia escolar, levando a secundarizar seu papel pedagógico.

O Coordenador Pedagógico não pode negligenciar atendimentos emergenciais, mas também não pode assumir todos os problemas para si, como o sujeito que consegue solucionar tudo, deixando de lado o seu papel específico nas práticas escolares, atuar como mediador é trabalhar coletivamente com a gestão, com os professores e demais profissionais inseridos na escola, ou seja, estar ativo para o ensino democratizado. O que se busca atualmente não é um supervisor, mas um profissional que consiga dar suporte pedagógico ao professor e a escola, fazendo com que sintam confiança e segurança no trabalho que

desenvolve, e tenham no Coordenador Pedagógico um aliado e o suporte para a atuação em sala de aula.

De acordo com a Coordenação da Gestão Escolar da Secretaria Estadual de Educação do estado do Paraná:

É papel de o pedagogo fazer a articulação entre a teoria e a metodologia, dentro de condições concretas de ensino e aprendizagem, uma vez que, como responsável pela organização do trabalho pedagógico da escola como um todo, deve conhecer as possibilidades e as relações dos diversos contextos que a constituem, sendo-lhe possível prever e prover, de forma sistemática, os recursos e a distribuição do tempo e espaços escolares, para que as atividades planejadas sejam realizadas, além de analisá-las quanto à sua efetividade para promoção da aprendizagem”. (BÕNI; CARVALHO; FANK; LEUTZ; TAQUES, 2010, p. 18)

Apesar da marca histórica acerca do Coordenador Pedagógico, quando atuava em funções de forma separada, onde tinha o papel de orientador educacional visto como um assistencialista, atuava também como supervisor escolar quando só lhe pertencia à parte burocrática, já mais recentemente o que se deve ter é a visão do todo, onde essas funções se complementam e formam um conjunto, para o melhor desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos.

É necessário que esteja sempre em contato com a Equipe Gestora da Instituição, discutindo, analisando e encaminhando as ações a serem desenvolvidas, ou seja, trabalhar coletivamente, expondo suas ideias e objetivos para que quando necessário possa se posicionar e fortalecer o ensino com vistas a sua qualidade, este trabalho democrático é fundamental para o sucesso das atividades escolares.

Todas as dificuldades que envolvem o trabalho do Coordenador Pedagógico e as dificuldades em desempenhar sua função específica, bem como os desafios que enfrentam nas Escolas Públicas da rede Estadual, demandam por sérias mudanças, essas devem acontecer no sistema educacional como um todo e na sociedade em geral, é por conta disso que se torna fundamental o reconhecimento e fortalecimento deste profissional em relação ao seu papel social e pedagógico no âmbito escolar e seus reflexos para uma sociedade mais crítica e reflexiva.

Esta é a base para que o Coordenador Pedagógico conquiste seus objetivos e defina qual sua função nas Instituições de Ensino onde se insere, não somente organizando as questões burocráticas, mas articulando, mediando e participando das questões coletivas de forma participativa, legitimando seu papel e reafirmando sua importância no âmbito escolar. É relevante que o este profissional esteja em constante aprendizado e contínua formação, tendo assim condições de enfrentar as dificuldades e desempenhar sua função com eficácia e

segurança. Segundo Paulo Freire, o homem é um ser inacabado, e vai se moldando de acordo com suas vivências e experiências no meio onde está inserido.

No que se refere à formação Paulo Freire comenta:

Aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou a sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre homens e mulheres o inacabamento se tornou consciente. (FREIRE, 1996, p. 50)

Diante disso, ter consciência do inacabamento de sua formação, estar sempre atento às mudanças e atualizar-se continuamente a fim de renovar sua prática e agregar novos conhecimentos, é importante que o Coordenador Pedagógico participe de Seminários, Congressos, palestras, formações, grupos de estudo, para estar se inovando constantemente e adquirindo bases teóricas sólidas, mesmo que a continuidade de seus estudos demande de investimentos próprios, os resultados serão significativos a sua prática e aos demais que envolvem-se com esta. De acordo com Saviani (2006, p. 60) “É necessário abalar as certezas, desautorizar o senso comum, buscando na teoria a concretização sólida das ações”.

Para que o Coordenador Pedagógico construa sua identidade no espaço escolar, será essencial transpor o senso comum através de uma condução histórica acerca de sua função, confrontado a teoria e a prática, de forma a organizar e afirmar sistematicamente a área de atuação deste profissional, levando em consideração a função social que desempenha na escola.

A referência norteadora do trabalho pedagógico para Saviani (2003) é a Pedagogia Histórico-Crítica, tendência esta que se afirma em cinco passos visando à transformação social, são eles: Prática inicial dos conteúdos; Problematização; Instrumentalização; Catarse e a Prática final dos conteúdos.

Na Prática inicial dos conteúdos, fazem-se necessários alguns questionamentos e reflexões acerca do tema trabalhado, neste caso a importância do Coordenador Pedagógico no âmbito escolar, como por exemplo, quem é este profissional, qual é sua função e importância no processo educativo, como ele é visto pelos demais profissionais inseridos na escola.

Tendo o diálogo como ponto fundamental na integração dos conteúdos, a Problematização é a exposição dos principais problemas levantados durante a prática e diante disso, surge à necessidade da sistematização dos problemas abordados durante a Prática Inicial dos Conteúdos, assim as questões levantadas se contrapõem com o conhecimento teórico, e com isso a Instrumentalização, estabelecendo uma comparação entre os conhecimentos cotidianos e os conhecimentos científicos, ou seja, conhecer a realidade social e o meio onde os sujeitos estão inseridos, aprofundando-se no conhecimento produzido e

sistematizado pela sociedade para responder e enfrentar os problemas levantados, que neste caso são as dificuldades que o Coordenador Pedagógico encontra em desempenhar sua função específica na escola.

Com estes conhecimentos consolidados, se adquire novas formas de enriquecer a teoria e articulá-la com a prática, reafirmando sua posição em relação a suas vivências e a forma de reconstrução social, denominando-se neste momento *Catarse*, uma fase de conscientização e mudança social. Este momento de conscientização contribuirá para a Prática final dos conteúdos, consolidando a teoria em prática, ou seja, fazer com que os resultados se efetivem na escola por meio de ações pedagógicas e significação da aprendizagem dos sujeitos envolvidos.

Onde os objetivos do estudo e dos conceitos adquiridos somem-se para a transformação da realidade que busca por mudanças a partir deste novo conhecimento para a mudança social, já que este profissional terá mais clareza e compreensão das situações levantadas no início deste processo.

Para que o Coordenador Pedagógico tenha êxito em suas ações, é importante que busque continuamente por melhores condições de trabalho, fazendo valer o que está estabelecido na legislação, desempenhando sua função com consciência e responsabilidade, conferindo aos demais profissionais da educação suas respectivas tarefas, para que de forma coletiva obtenham o sucesso esperado.

Se faz necessário também, que estipule tempo suficiente para planejar previamente suas ações, onde suas principais atribuições não fiquem em segundo plano diante dos imediatismos que lhe são impostos no cotidiano escolar, quando o importante será a mediação e a sistematização do processo ensino e aprendizagem, comprometendo-se com o desenvolvimento dos educandos e sustentação pedagógica aos professores, bem como, as atividades burocráticas que lhe são inerentes.

Portanto, se cada profissional inserido na escola desempenhar sua função específica com sabedoria e comprometimento, tendo principalmente responsabilidade com a aprendizagem significativa dos educandos, conhecendo sua importância e especificidade, será possível vivenciarmos uma educação com qualidade, onde se reflita coletivamente diante das situações vivenciadas, com vistas a um ensino democrático e conseqüentemente, a transformação social.

Considerações finais

Diante dos estudos realizados foi possível perceber que o Coordenador Pedagógico realmente encontra-se fragilizado em relação a sua função específica nas Instituições de Ensino da Rede Pública. A dificuldade deste profissional desempenhar seu papel se torna ainda mais complexo devido a muitas carências presentes em todos os setores envolvidos com o processo educativo, ou seja, se o trabalho não for participativo, integrado e coletivo, a proposta pedagógica da escola não irá efetivar-se de forma significativa.

Com relação aos aspectos históricos e legislação envolvendo a trajetória do curso de Pedagogia no Brasil, desde sua criação até a atual proposta, foi relevante sua evolução, buscando sempre a caracterização e importância deste profissional no interior da escola.

O Coordenador Pedagógico pode estar presente em espaços onde necessitem de práticas que resultem em aprendizagem, mas é no âmbito escolar que consiste afirmasse com mais ênfase, diante de sua função de planejar previamente as ações, organizar e mediar práticas pedagógicas de modo a atender as especificidades da escola, sem desvincular-se destas com tarefas que não fazem parte de seu ofício.

Torna-se necessário definir claramente a especificidade do Coordenador Pedagógico no âmbito escolar, refletindo sobre as competências de cada profissional inserido na escola, a responsabilidade de cada sujeito, sendo que, se cada um desempenhar seu respectivo papel com eficácia, serão minimizadas muitas problemáticas acerca do trabalho pedagógico, e ainda, este poderá desempenhar sua função com mais envolvimento.

A instituição de ensino e seus profissionais precisam ter como princípio norteador o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e a Proposta Curricular, onde estão contidas as informações e as especificidades da escola, seus objetivos e metas, para isso é necessário ter o Coordenador Pedagógico como mediador deste processo, buscando a efetivação das ações estabelecidas, visando uma gestão democrática e o ensino de qualidade.

A função do Coordenador Pedagógico precisa ser caracterizada, redirecionada e redefinida, este profissional é indispensável para o bom andamento das atividades escolares e para o sucesso das mesmas, é necessário criar condições que possibilitem expor na prática seu conhecimento teórico e experiências exitosas, limitando suas ações à sua capacidade de desempenhá-las, sem a necessidade de acumular funções e se deixar levar pelo imediatismo.

Diante das abordagens sobre a importância da gestão democrática na escola, é necessária a participação e a colaboração de todos os envolvidos no planejamento das ações, importante também é envolver os aspectos sociais e culturais da comunidade, bem como a

realidade em que está inserida, buscando atender o aluno de acordo com suas especificidades, intervir e dialogar, de modo que o processo educativo resulte em conhecimento significativo, tanto para o aluno em sua formação crítica e reflexiva, quanto para os demais envolvidos, refletindo sobre sua prática e inovando suas metodologias.

Seja qual for o local de atuação do Coordenador Pedagógico, ele não pode perder sua identidade enquanto profissional mediador do conhecimento, aprimorando-se continuamente nas relações educacionais e mediando à convivência didática e metodológica de professor e aluno, fazendo com que o ato de educar resulte na aprendizagem significativa.

Tendo em vista que ainda é insuficiente o número de profissionais diante da demanda das escolas públicas, onde o Coordenador Pedagógico divide-se entre o trabalho burocrático, tarefas imediatistas e as questões pedagógicas, para que se obtenham melhores resultados é necessário tempo para planejamento, estudo e atendimento aos alunos e aos professores, sendo fundamental trabalhar em conjunto com os demais sujeitos da escola.

Portanto, a caracterização e afirmação do Coordenador Pedagógico frente a organização e sistematização do processo educativo é fundamental, oferecendo-lhe autonomia e condições de trabalho de acordo com a realidade que vivencia, bem como, formação continuada, momentos de troca de experiências e planejamento prévio das ações, para que seja possível minimizar ou até mesmo reverter a situação que se encontra, com vistas a um ensino democrático e significativo aos envolvidos, tendo consciência de sua importância no âmbito escolar e de seu papel social, na formação de cidadãos críticos e reflexivos.

Referências

ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre: imagens e autoimagens*. 12ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BÕNI, Ana Carolina S. Duarte; CARVALHO, Paulla Helena S. de; FANK, Elisane; LEUTZ, Marilda Alberton; TAQUES, Mariana F. *O Papel do Pedagogo na Gestão: Possibilidades de Mediação do Currículo*. Coordenação da Gestão Escolar da Secretaria Estadual da Educação do Paraná - CGE/SEED, 2010.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.mp.pr.gov.br/institucional/capoio/cidadania>>. Acesso em: 18 de maio de 2016.

_____. Parecer nº 251/1962. Parecer do Currículo Mínimo e Duração do Curso de Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. Documenta. Nº 11, p. 59-65, 1963.

_____. Parecer nº 252, de 11 de abril de 1969. Estudos Pedagógicos Superiores Mínimos de Conteúdo e Duração para o Curso de Graduação em Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. Documenta, n. 100, p.101-17, 1969.

_____. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/5/>>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Legislação Básica da Educação. Brasília, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 21ª edição, 1996.

FUSARI, José Cerchi. O Planejamento do Trabalho Pedagógico: Algumas Indagações e Tentativas de Respostas. Série Ideias, nº 8, São Paulo: FDE, p. 44-53, 1998.

GADOTTI, Moacir. Educação e Poder: Introdução a Pedagogia do Conflito. 14ª edição, São Paulo: Cortez, 2005.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. O que é Pedagogia. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GRINSPUN, Miriam P. S. Zippin. A Orientação Educacional: Conflito de Paradigmas e Alternativas para a Escola. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê? 9ª edição, São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Pedagogia, Ciência da Educação? Selma G. Pimenta (Org.). São Paulo; Cortez, 1996.

_____. Pedagogia e Pedagogos: Inquietações e Buscas. In: Educar, Curitiba: Editora da UFPR, 17ª edição, 2001.

NÓVOA, Antônio. O Passado e o Presente dos Professores. In: Nóvoa, A. (Coord.). Profissão professor. Porto: Editora Porto, 1995.

PARO, Vitor Henrique. O Caráter Político e Administrativo das Práticas Cotidianas na Escola Pública. In: PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido. O Pedagogo na Escola Pública. 3ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 1995.

SAVIANI. Escola e Democracia. 38ª edição. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

_____. Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações. 9ª edição, Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. Curso de Pedagogia no Brasil: História e Identidade. São Paulo: Autores Associados, 1999.